

## ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

01 Aos três (03) dias do mês de junho de 2014 (dois mil e quatorze), às 09:00 (nove) horas, foi  
02 realizada a 67ª Reunião Ordinária do CONERH, no Auditório da SEINFRA, na qual  
03 estiveram presente os seguintes conselheiros: O Presidente do CONERH Suplente, Dr.  
04 Daniel Sanford Moreira; o Secretário Executivo do CONERH, Dr. Paulo Miranda  
05 Pereira/SRH; Pedro José Freire Castelo/SECITECE; Karine Machado Fontenele/SEPLAG;  
06 Osvaldo Segundo da Costa Filho/SPA; Luiz de Gonzaga B. Da Silva/SDA; Viviane Gomes  
07 Monte/CONPAM; Luiz Pragmácio Telles Ferreira de Souza e Nicolas Arnaud  
08 Fabre/APRECE; Vicente Barbosa Soares e Antônio Alves de Araújo/CBH; Maria Zita  
09 Timbó Araújo/DNOCS; Maria Inês Teixeira Pinheiro/IFCE; Rogério Campos/UNIFOR;  
10 Antônio Renato Lima de Aragão e Elaine Cristina de Moraes Pereira/FIEC. Como  
11 convidados estavam presentes: Alberto M. Brito/COGERH, Marcílio de  
12 Oliveira/COGERH, Anderson Lima do Nascimento/ANA, Ana Cláudia Ferreira  
13 Dutra/SRH, Rose Anne de Deus e Valle/SRH, Liduína Carvalho Costa/SRH, Victor Igor  
14 Bonfim de Mello/SRH, Rita Mª de Oliveira Lima/SRH, Andréa de Oliveira Lima/SRH,  
15 Gerlane Lira/SRH. O **Dr. Daniel Sanford Moreira, Presidente do CONERH Suplente**, faz  
16 a abertura da Reunião, agradecendo a presença de todos os presentes, passando em seguida a  
17 palavra ao Secretário Executivo Paulo Miranda Pereira, que agradece a presença de todos e a  
18 partir de então conduz os trabalhos; O *Secretário Executivo* verifica o quorum da reunião, e  
19 coloca a Ata da 66ª Reunião do CONERH para aprovação, tendo na ocasião a Sra. Zita  
20 Timbó, do DNOCS, solicitado que a aprovação fosse feita posteriormente, onde seu pedido  
21 foi acatado. Dando continuidade o Secretário Executivo solicita autorização para que fosse  
22 feita uma inversão da pauta, ocorrendo primeiro a apresentação do ITEM 6 e por seguinte a  
23 apresentação do ITEM 5, pedido que foi acatado pelos Conselheiros; em seguida, informa a  
24 presença do Sr. Anderson Lima do Nascimento, Especialista em Recursos Hídricos da ANA,  
25 que fará apresentação sobre o PROGESTÃO. A Sra. Karine Machado Fontenele, da  
26 SEPLAG, sugeriu que os Informes Gerais, ITEM 4, fosse deixado por último, afim de  
27 antecipar as apresentações. Dando início às apresentações, o Sr. Cláudio Costa Gomes,  
28 Engenheiro Agrônomo e Coordenador da Célula de Fiscalização da CGERH/SRH, fala sobre  
29 as ações de fiscalização no decurso do ano de 2013. Ao final agradece a atenção de todos.  
30 Oportunamente, o Sr. Paulo Miranda faz algumas considerações sobre as ações de  
31 fiscalização apresentadas. Por conseguinte, o Secretário Executivo do CONERH concede a  
32 palavra ao Sr. Marcílio Caetano, Coordenador de Fiscalização da COGERH, para dar  
33 continuidade ao assunto sobre fiscalização, onde aquele órgão ajuda na articulação das ações  
34 de fiscalização. Concluída a apresentação, o Sr. Marcílio agradece a atenção e se coloca a  
35 disposição para dirimir dúvidas. Na ocasião, a Sra. Zita Timbó questiona como funciona a

36 fiscalização junto ao DNOCS. O Sr. Marcílio informa que atuam junto à ANA – Agência  
37 Nacional das Águas através da chamada “*denúncia qualificada*”, que é feita pela COGERH  
38 para a ANA. Dito isso, a Sra. Zita Timbó pergunta se há um convênio de formalização dessa  
39 ação. Em resposta, o Sr. Paulo Miranda informa que como a SRH/COGERH são detentores  
40 da delegação para a Outorga, a Fiscalização está muito próxima. Considerando o fato de que  
41 se tem a delegação para outorgar terá o dever de preservar o uso, diante da impossibilidade  
42 da delegação da fiscalização, o mecanismo acordado foi a denúncia qualificada. A Sra. Zita  
43 comenta que a delegação de competência da Outorga está formalizada. Diante disso, o Sr.  
44 Paulo Miranda informa que a delegação formalizada é parcial, pois o Estado do Ceará tem a  
45 delegação para outorgar o abastecimento humano em toda a água da União, no Ceará e que  
46 nas águas dos rios federais afluentes do parnaíba, no Estado do Ceará, a delegação foi feita  
46 para os demais usos, exceto o peixe em tanques rede. Ressalta que a Fiscalização não foi  
48 delegada e que atualmente o Estado do Ceará vem negociando a ampliação da delegação da  
49 outorga. O Dr. Daniel Sanford, Presidente do CONERH Suplente, pergunta ao Sr. Marcílio  
50 se no momento de uma fiscalização o técnico verificar que há desvio de um açude federal, e  
51 que não pode passar muito tempo para se resolver, se é feito o mesmo procedimento. Faz um  
52 relatório, encaminha para a ANA. É assim que funciona ou nós temos como chegar no local  
53 e dizer “vamos acabar com isso agora ou vamos chamar a polícia, etc”. Respondendo o  
54 questionamento, o Sr. Paulo Miranda diz que o questionamento é ousado mas que se houver  
55 uma ação nefasta, o agente pode aplicar uma ação de correção e pedir ao órgão competente  
56 para ratificar a ação. Dra. Rose Anne, da SRH, pergunta ao Sr. Marcílio que mecanismos ele  
57 usa para da mais efetividade às ação de correção aos usos irregulares, diante da falta de  
58 regulamentação da fiscalização no Ceará, principalmente sem a regulamentação de uma  
59 sanção administrativa econômica, podendo inclusive ter o acesso dificultado aos locais para  
60 certificação das irregularidades. Em resposta, o Sr. Marcílio, da COGERH, fala que quando  
61 se entende que a ação fiscalizatória do Sistema Gestor dos Recursos Hídricos tem natureza  
62 legal, diferente da ação fiscalizatória do Órgão Ambiental, e se aceita essa diferença, pode-se  
63 conseguir bons resultados. Ele ressaltou que a SRH/COGERH trabalha muito mais com a  
64 conscientização de forma educacional do que com a força do Estado, ou seja sem lançar  
65 mão do poder coercitivo. É muito mais para apresentar ao usuário que aquilo sim é um  
66 direito antes do dever e que a segurança hídrica da sua cidade, ou comunidade depende da  
67 cooperação de cada um. Durante um evento de seca, isto fica muito mais claro para eles. A  
68 cada seca mostra uma realidade dura, mas que é recorrente e isso facilita às vezes o trabalho  
69 da fiscalização. O fato de se fazer uma ação compartilhada de recursos hídricos com aquele  
70 usuário e se tivéssemos o mesmo poder de notificação e de embargo que a SEMACE tem,  
71 poderia por exemplo, comprometer uma relação de parceria que o Sistema Gestor dos  
72 Recursos Hídricos tem com o usuário. Estado e sociedade buscando formas de mitigar as  
73 ações nefastas da seca. O Sr. Marcílio informa que algumas instituições financiadoras dos

74 projetos exigem que a outorga como mecanismo de acesso ao crédito e a adoção da outorga  
75 de uso no check list da licença de instalação da SEMACE, vem facilitando bastante a  
76 regularização dos usos no estado. Encerrando sua apresentação, o Sr. Marcílio conclui que  
77 não necessariamente precisa se avançar para a multa, com certeza, mas que nem isso resolve  
78 quando o usuário não quer colaborar, precisando que a SRH/COGERH conte com o apoio do  
79 Ministério Público. Com a palavra, o Sr. Paulo Miranda, Secretário Executivo do CONERH,  
80 alerta que a pauta da reunião é um tanto longa e que precisa da compreensão de todos para  
81 avançar. Na ocasião, pergunta se algum dos Conselheiros tem alguma coisa importante para  
82 ser falada, tendo em vista a necessidade de passar a palavra ao representante da Agência  
83 Nacional das Águas – ANA. Na ocasião, o Sr. Antônio Araújo que está suplente do  
84 CONERH, representando os Comitês de Bacia, neste ato trazendo mais propriamente as  
85 relações do Salgado, questiona porque o Estado ainda não conseguiu levar a ciência desse  
86 trabalho às gestões municipais, pois o que se dá a entender é que os gestores dos Municípios  
87 são totalmente alheios do que é a potência do Estado. Portanto acha importante esse trabalho  
88 efetivo da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH nos Municípios, para que p  
89 ossa acontecer com mais eficiência. O Sr. Marcílio Caetano solicita para que fique registrado  
90 em ata essa recomendação e informa que as informações serão repassadas para as Gerências  
91 Regionais. O Dr. Paulo Miranda comenta que a voz do Município está vinculada ao Comitê  
92 de Bacia. Dando continuidade, o Sr. Paulo Miranda coloca a Ata da 66ª Reunião do  
93 CONERH para aprovação dos Conselheiros, pergunta se há alguma objeção, e não havendo  
94 qualquer questionamento, fica **APROVADA** a citada Ata. Em seguida, o Secretário  
95 Executivo apresenta o Sr. Anderson Nascimento, Especialista em Recursos Hídricos da  
96 Agência Nacional das Águas – ANA, explicitando que o mesmo fará apresentação sobre o  
97 PROGESTÃO. Com a palavra, o Sr. Anderson Nascimento agradece o convite para fazer  
98 apresentação sobre o PROGESTÃO aos Srs. Conselheiros do CONERH, e compartilha que  
99 é de suma importância a compreensão de todos sobre a matéria. O palestrante explana o  
100 tema, explicando cada meta e esclarecendo cada compromisso assumido pelo Estado do  
101 Ceará. Concluindo, o Sr. Anderson agradece a paciência e atenção de todos e se coloca a  
102 disposição para quaisquer esclarecimentos. O Sr. Paulo Miranda agradece a presença do  
103 representante da ANA dizendo que foi um prazer ter sua presença na reunião e que a  
104 apresentação foi bastante esclarecedora. Informa aos presentes que todos precisavam dos  
105 esclarecimentos e, principalmente, da ajuda do Sr. Anderson, e que a SRH vai continuar  
106 trabalhando juntamente com o CONERH. Dando seguimento à pauta, o Secretário Executivo  
107 fala da necessidade de um debate específico para criação de um grupo de trabalho visando a  
108 regularização da outorga nos canais, como os Canais da Integração e do Trabalhador.  
109 Contudo, não havendo condições para realização do debate, fica como pauta próxima  
110 reunião. No que tange a uma possível reunião extraordinária para discussão do trabalho  
111 mencionado, questionado sobre o assunto, o Presidente do Conselho Suplente informa que se

112 os Conselheiros decidirem por marcar uma data, o mesmo estará presente. Contudo, como  
113 uma pequena minoria dos conselheiros está presente para votação, ficou confirmado como  
114 pauta para próxima reunião. Em seguida, O Secretário Executivo deixa em aberto a palavra  
115 para que possa ser dado os informes. Na ocasião, o Sr. Antônio Araújo, que está suplente no  
116 Conselho, relata que o Comitê do Salgado tem uma proposta, na qual foi encaminhada ao  
117 Presidente do Conselho, mas que não consta na pauta e indaga se pode incluir para  
118 aprovação, considerando que a Câmara Técnica do Comitê já concedeu seu parecer a  
119 respeito da Água Subterrânea. Ressalta que o Comitê do Salgado é um dos poucos comitês  
120 do Estado do Ceará que apresenta Água Subterrânea em seu aquífero e que o referido Comitê  
121 tem interesse em valorizar o trabalho da Câmara Técnica, pois é a excelência do Comitê.  
122 Diante disso, tem interesse de saber se pode ser inserido o assunto na pauta para que os  
123 Conselheiros possam aprovar o parecer da referida Câmara Técnica hoje, juntamente com os  
124 demais assuntos. Em resposta, o Secretário Executivo informa que a proposta de resolução  
125 está sendo analisada, para melhor adequar ao formato de uma norma jurídica para em  
126 seguida ser submetida ao conselho, mas os orientativos ali expressos estavam sendo  
127 considerados nas análises técnicas dos pareceres, tendo em vista que se trata de uma  
128 percepção do Comitê e no processo de decisão o Secretário teria ciência, apenas não havia o  
129 poder vinculante da norma. Dando seguimento, o Dr. Daniel Sanford agradece a presença do  
130 representante da ANA e pergunta se mais alguém que dar mais uma informação. Para  
131 encerrar o assunto, o Sr. Paulo Miranda questiona se alguém tem mais alguma dúvida sobre  
132 o PROGESTÃO. Na ocasião, a Dra. Zita Timbó pergunta se haverá um grupo de trabalho  
133 para avaliar e aprovar as metas ou se serão todos os conselheiros em conjunto, e quais serão  
134 as obrigações dos Conselheiros. Em resposta, o Secretário Executivo informa que todos os  
135 Conselheiros serão atuantes, com a obrigação de avaliar e aprovar as metas.  
136 Complementando, o Sr. Anderson, da ANA, diz que é de fundamental importância a atuação  
137 dos Conselheiros para aprovação das metas a serem alcançadas no ano seguinte. Ao final,  
138 agradece novamente sua participação. O Sr. Paulo Miranda agradece novamente a presença  
139 do Sr. Anderson e expõe a importância das informações apresentadas. Sendo concedida a  
140 palavra para os informes, o Sr. Antônio Araújo, do CBH, agradece e pede a simpatia do  
141 Conselho para um antigo sonho, o projeto do Comitê do Salgado, que foi aprovado no dia  
142 02/06/2014 na Plenária, que é o Centro de Referência do Comitê do Salgado. O Comitê está  
143 agradecido, e ele acredita que o Centro vai permitir que o Comitê cumpra melhor seu papel,  
144 fazendo com que o debate de gestão dos recursos hídricos seja ampliado chegando até às  
145 escolas, prefeituras e outras instituições de interesse. Ele ressalta que é preciso chegar  
146 junto, e que é um sonho dos membros do Comitê ter o primeiro centro de experiência prática  
147 em termos de gestão participativa no Salgado. Ressalta, ainda, que foi enviado um ofício  
148 pelo presidente da COGERH ao Comitê, à Presidência do Comitê do Salgado enaltecendo o  
149 trabalho do comitê, por possibilitar que a 40ª Reunião do Salgado contasse com a presença

150 de 70% (setenta por cento) dos membros, tendo em vista que o comitê que tem  
151 representantes de 23 (vinte e três) municípios, com uma extensão de Jati a Icó e se conseguiu  
152 um quórum desta natureza, isso é louvável. Os membros do Comitê ficaram muito satisfeito  
153 com o reconhecimento da COGERH. Informa que no próximo dia 10 de junho será realizada  
154 a 41ª Reunião, na cidade de Aurora e se espera que possam repetir o quorum ou pelo se  
155 aproximar dele. Ele lamenta a pouca participação dos gestores municipais nos comitês e que  
156 seria importante a participação dos mesmos. Outro ponto levantado pelo sr. Araújo foi o  
157 destaque dado ao bom andamento das obras de transposição do São Francisco, ressaltando a  
158 importância desta obra e citando ainda a outra iniciativa do estado na construção do Cinturão  
159 das Águas, relatando quão bem impressionado ter ficado durante uma visita técnica a esta  
160 obra que o mesmo participou. Após, a Dra. Zita Timbó pede a palavra, porém o Dr. Paulo  
161 Miranda pede licença e diz que alguns comitês ao longo do país tem uma ação bastante forte,  
162 mas o processo participativo da Ceará é bastante reconhecido. Desde o início quando a  
163 COGERH começou a trabalhar a gestão, percebeu-se que havia uma maior efetividade de  
164 participação dos usuários, mas a participação dos gestores municipais ainda precisava  
165 melhorar, mas que ele acredita que a medida que o comitê for exercitando suas funções,  
166 exercendo o seu poder, os gestores municipais vão percebendo a oportunidade de conduzir  
167 seus projetos a partir deste canal. Em seguida, Dr. Paulo Miranda passa a palavra para a  
168 Dra. Zita Timbó, que parabeniza o documento que a SRH fez sobre Fiscalização dos  
169 Recursos Hídricos no manual de procedimentos e diz que pode ser muito educativo e sugere  
170 a distribuição do mesmo aos Comitês de Bacias, aos Conselheiros e a todos que de alguma  
171 forma, direta ou indiretamente, trabalham nos Recursos Hídricos. Em segundo lugar  
172 informou que no dia 02/06/2014 foi discutido na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,  
173 em uma audiência pública, às 09 (nove) horas da manhã, o projeto de Lei nº 4.632/2012, que  
174 incluiu vales de rios cearenses na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos  
175 vales do São Francisco e Parnaíba (a proposta é de autoria do Deputado Federal cearense  
176 Domingos Neto, já foi aprovada no dia 23 de abril pela Comissão de Integração nacional de  
177 Desenvolvimento Regional e da Amazônia, na Câmara Federal). A conselheira informa que  
178 caso seja aprovada essa proposta na Câmara, a CODEVASF também atuará nos vales,  
179 principais rios do Ceará, tais como: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, Curu, Acaraú, Acaraú,  
180 Jaburu, Poti, Aracati, Açu, e Mundaú, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e  
181 privadas conforme inseridos na matéria da emenda. Diante disso, o DNOCS e os  
182 parlamentares solicitaram essa Audiência Pública, que foi realizada no dia 02/06/2014 e que  
183 teve muito êxito. O Deputado foi convocado e ele mesmo se fez presente à reunião e  
184 informou que vai convocar os Ministros da Integração Nacional, o Sr. Francisco Teixeira e  
185 Mirian Belchior, do Planejamento e Gestão, para uma audiência na Comissão de Integração  
186 Nacional de Desenvolvimento Regional da Amazônia para tratar do DNOCS no contexto da  
187 Política Nacional e Desenvolvimento Regional. Na visão da Conselheira, a proposta fere a

188 autonomia do estado do Ceará, no tocante a gestão das águas de sua dominialidade. Em  
189 seguida, Dra. Zita agradece a todos a atenção. Continuando, o Sr. Barbosa Soares, da CBH  
190 começa agradecendo a prontidão do atendimento ao pedido que o mesmo fez na reunião  
191 anterior, sobre a adequação da área em torno do prédio para facilitar a mobilidade de pessoas  
192 com necessidades especiais, agradecendo principalmente a atenção de toda a equipe de  
193 organização da reunião do conselho. Em seguida, ressalta que o município de Irauçuba é um  
194 dos que estão em uma situação muito crítica com relação a abastecimento humano, que foi  
195 feito um leilão inverso para aquisição de adutoras no dia 29/05 na Assembleia e dentre todas  
196 as adutoras de engate rápido que foram feito o leilão inverso, o Estado pôde economizar  
197 mais de R\$ 100.000.000,00 (cem) milhões de reais. O conselheiro entende que a iniciativa  
198 foi muito importante e parabeniza o Governo do Estado do Ceará por mesma, pois dessa  
199 forma pôde ser economizado recurso para ser gasto, inclusive, em outras adutoras. Informa  
200 que estará no dia 11/06 fazendo um evento em alusão ao dia do Meio Ambiente e que estão  
201 trabalhando em parceria com a escola do Estado, e como estão em período de prova, só  
202 conseguiram a data do dia 11/06. Uma entidade da sociedade civil chamada IBRADEC –  
203 Instituto Brasileiro de Defesa e Cidadania está colaborando para realização desse evento, e  
204 irão levar um especialista em meio ambiente de Fortaleza. O Sr. Barbosa informa que irá  
205 ministrar palestra sobre Gestão dos Recursos Hídricos e suas perspectivas. Relata que o CBH  
206 tem a intenção de fazer um projeto e encaminhar às 184 (cento e oitenta e quatro) Câmaras  
207 Municipais do Estado para alertar que o Estado do Ceará não tem segurança hídrica, apesar  
208 de existir um volume acumulado de 18 (dezoito) bilhões de metros cúbicos. O conselheiro  
209 alerta para os possíveis problemas advindo no tocante a segurança hídrica, caso a recarga de  
210 2015, seja deficitária, apresentando alguns percentuais em que se encontram alguns  
211 reservatórios estratégicos. Oportunamente, a Dra. Zita informa que saiu no site do DNOCS  
212 que todos os açudes da Bacia do Curu estão no volume morto. Em seguida, o Sr. Barbosa  
213 comenta que é crítico e que inclusive o perímetro de irrigação Curu Paraipaba vem sofrendo  
214 restrições severas. Alertando que a economia de alguns municípios, como de Paraipaba, a  
215 irrigação é responsável por cerca de 70% (setenta por cento) da renda municipal. O  
216 conselheiro reforça a necessidade de se envidar esforços para a transposição do São  
217 Francisco ser finalizada, acelerar a conclusão do Cinturão das águas e incentivar a adoção de  
218 tratamento das águas com alto teores de sais. Importante ressaltar, que essas medidas se  
219 baseiam no Planejamento Estratégico do Recursos Hídricos do Estado do Ceará que foi  
220 elaborado no Pacto das Águas, que é um instrumento muita valia. O Sr. Barbosa fala que não  
221 reconhece a experiência de Gestão dos Recursos Hídricos em semiárido da CODEVASF e  
222 que fica muito triste com a tentativa de desmonte do DNOCS. Finalizando, informa que está  
223 apresentando a demanda emitida pelos Comitês do Estado, no qual será protocolado e  
224 entregue ao Presidente do CONERH Suplente, Dr. Daniel Sanford. Ao final agradece a  
225 atenção dos presentes. Com a palavra, o Dr. Daniel Sanford fala sobre o Cinturão das Águas,

226 que na verdade vai ser a “salvação” do Estado todo. O Presidente informa que o CAC será  
227 responsável pela transferência das águas proveniente do São Francisco, partindo da cidade  
228 de Jati, chegando ao Pecém pelo lado oeste do Estado. Informa que o CAC está sendo feito  
229 em 04 (quatro) etapas, sendo que a primeira etapa (compreendendo no trecho que vai de Jati  
230 até Cariús) foi licitada em 04 (quatro) lotes, são aproximadamente 149Km. E que os 04  
231 (quatro) lotes já estão obras, sendo que os lote 01 (um) e 03 (três) estão com alguns  
232 problemas administrativos, mas que a qualquer momento estes serão sanados. Concluindo, o  
233 Dr. Daniel Sanford acredita que estas obras serão finalizadas em 2015. Finalizando, o  
234 Presidente do CONERH Suplente pergunta se alguém mais que falar. Na ocasião, a Sra. Zita  
235 Timbó sugeriu que fosse retomado o grupo de trabalho para regulamentação da nova lei, pois  
236 há muita coisa que precisa ser regulamentada. Após, o Dr. Daniel ressaltou a capacidade do  
237 Dr. Paulo Miranda para promover tal trabalho, agradeceu ao Sr. Anderson da ANA pela sua  
238 bela apresentação, que é detém um conteúdo muito importante para o CONERH. E não  
239 tendo mais nenhum assunto a ser discutido, o Presidente do CONERH Suplente, o Sr. Daniel  
240 Sanford Moreira, agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Paulo  
241 Miranda Pereira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo  
242 Presidente do CONERH Suplente, por mim e pelos demais conselheiros.

**1. SRH**

**DANIEL SANFORD MOREIRA**  
**Presidente do CONERH Suplente**

\_\_\_\_\_

**2. SEINFRA**

**JOAQUIM FIRMINO FILHO**  
**Raimundo Josino Pontes**

\_\_\_\_\_

**3. SECITECE**

**RENÊ TEIXEIRA BARREIRA**  
**Pedro José Freire Castelo**

\_\_\_\_\_

**4. SEPLAG**

**KARINE MACHADO FONTENELE**  
**Francisco Parente Gomes**

\_\_\_\_\_

**5. CIDADES**

**MÁRIO FRACALOSI JÚNIOR**  
**Edmundo Olinda Filho**

\_\_\_\_\_

**6. SPA**

**FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA**  
**Oswaldo Segundo da Costa Filho**

\_\_\_\_\_

**7. SEDUC**

**PRISCILA CARVALHO HOLANDA**  
**Solange Maria Rabelo**

\_\_\_\_\_

**8. SDA**

**JOSÉ WANDERLEY AUGUSTO GUIMARÃES**

Silas Barros de Alencar

---

**9. CONPAM**

**MARIA DIAS CAVALCANTE**

Viviane Gomes Monte

---

**10. CEDE**

**IVAN RODRIGUES BEZERRA**

Raimundo Reginaldo Braga Lobo

---

**11. APRECE**

**LUIZ PRAGMÁCIO TELLES FERREIRA DE SOUZA**

Nicolas Arnaud Fabre

---

**12. CBH**

**VICENTE BARBOSA SOARES**

Antônio Alves de Araújo

---

**13. DNOCS**

**JOSÉ FALB FERREIRA GOMES**

Maria Zita Timbó Araújo

---

**14. ABES**

**ANTÔNIO PRAXEDES BERTO**

Francisco Vieira Paiva

---

**15. ABRH**

**TICIANA M. DE CARVALHO STUDART**

Renata Mendes Luna

---

**16. IFCE**

**CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA**

Maria Inês Teixeira Pinheiro

---

**17. UNIFOR**

**ROGÉRIO CAMPOS**

Oyrton Azevedo de Castro M. Júnior

---

**18. CAGECE**

**MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES**

Carlos Augusto Lopes Moreira

---

**19. FAEC**

**JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR**

Carlos Bezerra Filho

---

**20. FIEC**

**ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO**

Elaine Cristina de Moraes Pereira

---



**Secretaria Executiva do CONERH**  
**PAULO MIRANDA PEREIRA**  
**Maria Eliane Sampaio Cortez**

---

**Assessoria Jurídica do CONERH**  
**RISNALDO DA COSTA MOREIRA**  
**Germana de Mattos B. Góes Giglio**

---